

Qua, 14 de Março de 2012.  
07:19:00.

**DIÁRIO DO COMÉRCIO DE MINAS | NOTÍCIAS**  
ANCINE | AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA

## Valores a defender

As discussões em torno dos novos regulamentos para as operações de televisão a cabo no país ganham relevância na medida em que o sistema já alcança cerca de 12 milhões de residências, com tendência de forte crescimento. Envolvem portanto - e diretamente - o interesse público, no sentido mais amplo, e do consumidor em particular. Matéria a ser tratada objetivamente e que não deveria comportar as controvérsias alimentadas aparentemente pelas próprias operadoras, hoje majoritariamente empresas multinacionais. Em primeiro lugar é impróprio afirmar que estaria em jogo a liberdade de expressão e, muito menos, de imprensa. Estas empresas ofertam basicamente entretenimento, sendo pertinente a imposição de mecanismos que, por exemplo, garantam acesso a conteúdo de produção local. Tanto quanto seria próprio - e de alto interesse para a sociedade - que se discutissem mais amplamente a qualidade e o conteúdo da programação ofertada e pelas quais, ao contrário da televisão aberta, o cliente paga.

Estabelecer controles, existentes e perfeitamente assimilados na maioria dos países, deve ser entendido como algo legítimo e necessário. E, quem sabe, talvez para além do âmbito da **Agência Nacional de Cinema (Ancine)**, que reclama espaços para a produção nacional, e mais próximo dos organismos de defesa do consumidor. A excessiva repetição de programas configura, claramente, abuso e burla, assim como o preenchimento de espaços com propaganda, não raro do próprio canal. Para não dizer dos momentos em que até mesmo publicidade estrangeira, em língua espanhola ou inglesa, é colocada no ar. Regular estas questões ou até mesmo discutir se faz sentido a massiva repetição de programas policiais que apenas banalizam a violência ou a virtual exclusão de conteúdo de produção europeia, impondo-se dessa forma padrões culturais que não são necessariamente os nossos, é relevante e necessário. E não significa, como de forma quase insultuosa afirma uma das operadoras estrangeiras, "retirar do espectador o controle remoto".

A rigor, as próprias empresas de televisão a cabo, as detentoras de conteúdo, é que estão fazendo isto. Existe uma multiplicidade enorme de canais mas não, com certeza, de opção e diversidade que coloquem ao alcance dos assinantes toda a variedade e riqueza que a tecnologia poderia proporcionar. Às operadoras, e fundamentalmente por questões econômicas, de escala, pode não interessar este tipo de discussão, sendo conveniente, mesmo que falso, taxá-la de agressão à liberdade de expressão. Mas não é o que verdadeiramente está em jogo. Trata-se, sim, de proteger características e valores de nossa própria cultura e, mais além, de estancar práticas abusivas que escancaradamente confrontam a legislação de defesa do consumidor. Para além desses limites, estamos diante de mais um caso de flagrante manipulação.